



Jornal da UNESP



ABRIL/92

Universidade Estadual Paulista

ANO VII — Nº 62

Colaboração com empresas se amplia

No último dia 19 de março, a UNESP firmou um convênio com o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae), assinado pelo reitor, professor Paulo Landim, e por Abram Szajman, da Federação do Comércio (foto). O acordo permitirá maior estímulo ao desenvolvimento tecnológico dos empreendimentos de pequeno porte. Também foi criado, em 14 de fevereiro passado, o Instituto Universidade-Empresa (Uniemp). Pág. 3



Escola pública também depende da universidade

Os pontos de vista podem variar, mas os representantes do meio universitário, do governo e dos docentes da rede pública concordam que a universidade tem um papel fundamental na melhoria do ensino de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo. Nesse setor, a UNESP tem bons exemplos a mostrar, como seus Núcleos de Ensino. Págs. 4 e 5

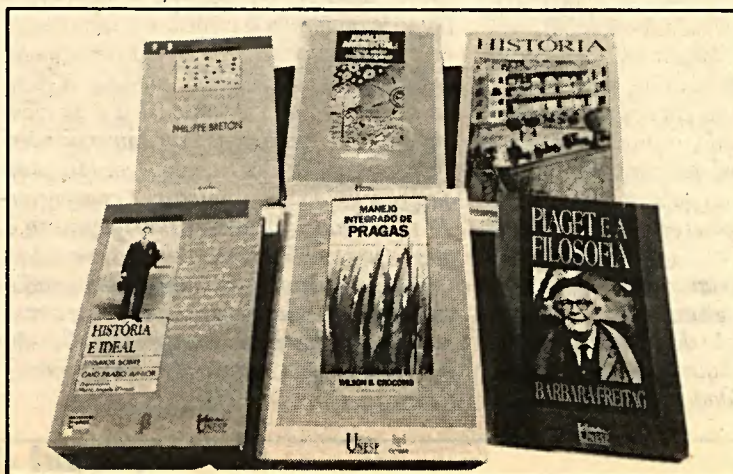
O que é ser caipira?

Localizada por todo o interior do Estado, a UNESP é conhecida como uma instituição caipira.

Na pág. 12, a comunidade universitária diz o que pensa sobre esse conceito.

Editora abre mais espaço para pesquisa de docente

A Editora UNESP tem uma boa novidade para os professores: durante 93, deverão ser publicados 15 trabalhos de docentes. Numa primeira etapa, a seleção das obras será feita pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e, em seguida, por uma comissão de especialistas de várias áreas. Pág. 7



Uma saudável associação

Com vistas à ampliação das ações voltadas para o cumprimento dos objetivos de extensão de serviços à comunidade a UNESP e a Fundunesp acabam de firmar convênio de cooperação técnico-científica com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa de São Paulo (Sebrae) visando à capacitação tecnológica desse importante setor produtivo da economia, responsável, em termos nacionais, por mais da metade da produção e por 65% da mão-de-obra ocupada.

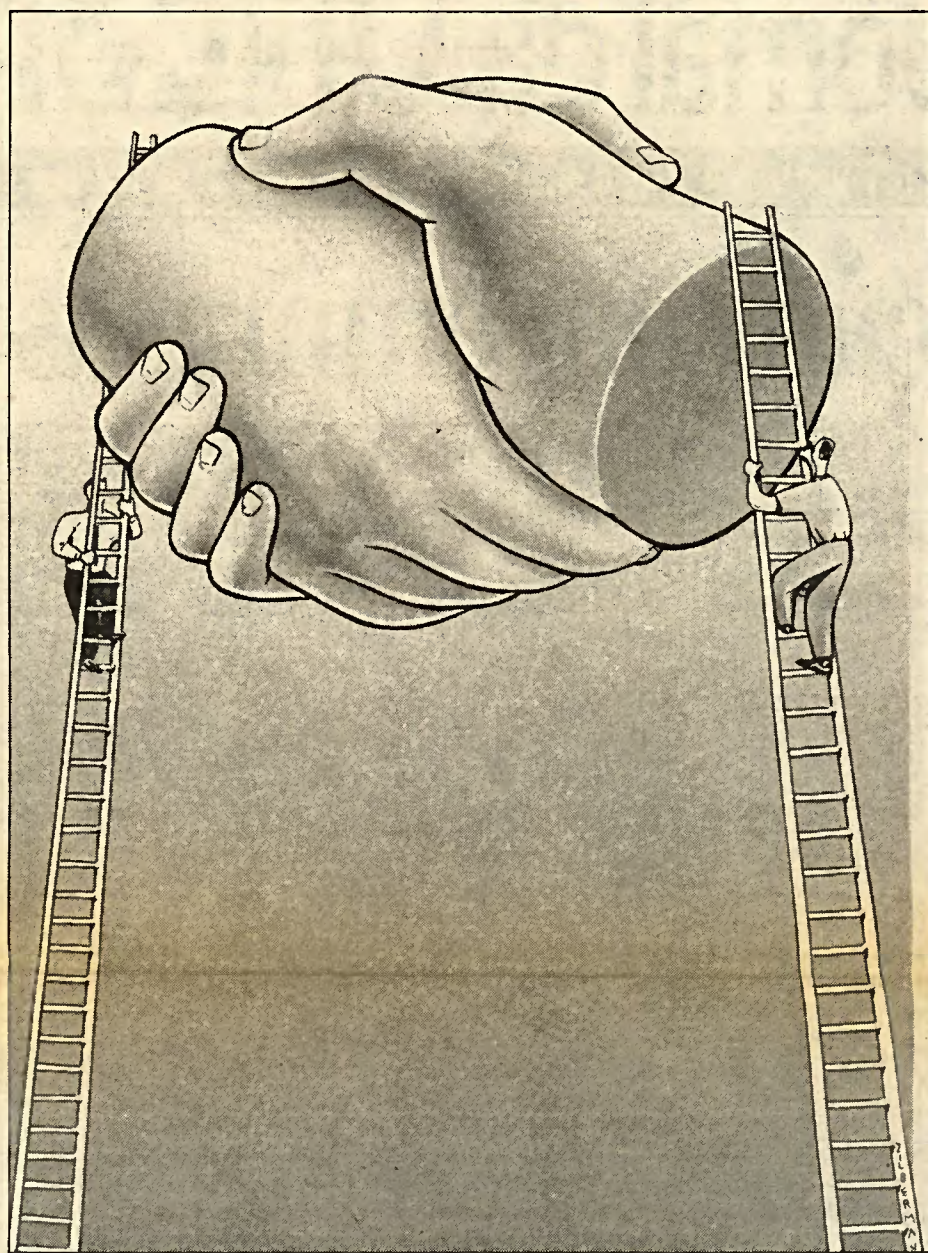
A estrutura multicampus da UNESP, com sólidos núcleos de ensino e pesquisa distribuídos por todo o interior do Estado de São Paulo, oferece condições privilegiadas para o desenvolvimento de projetos em parceria com o Sebrae, que dispõe de onze escritórios regionais sediados nas principais regiões administrativas do Estado.

Em decorrência do acordo, prevê-se que poderão ser imediatamente beneficiados os empreendimentos situados nas áreas de atuação comum da UNESP e do Sebrae, mediante projetos específicos que visem ao desenvolvimento ou ao aprimoramento de produtos e processos, à racionalização dos processos produtivos, à implementação ou à melhoria de sistemas de qualidade, à implementação de ferramentas para gestão de produtividade, bem como a outras atividades, em áreas necessárias ao desenvolvimento de tecnologias ou de interesse das duas instituições.

O primeiro termo aditivo a esse convênio tem por objetivo o desenvolvimento de um curso voltado para a oferta de orientação gerencial a potenciais empreendedores, e destina-se a estudantes dos cursos da UNESP dos câmpus de Guaratinguetá, Rio Claro, Jaboticabal, Araraquara, Botucatu, Bauru, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Ilha Solteira. Significativamente, esse primeiro projeto comum envolve várias unidades da UNESP e articula, de forma estreita, as atividades de extensão com os objetivos visados no ensino de graduação.

Com o mesmo propósito de participar ativamente dos esforços destinados a promover o desenvolvimento científico e tecnológico, imprescindível à ampliação dos níveis de produtividade e de competitividade da indústria nacional, a UNESP vem também participando dos trabalhos do Instituto Universidade Empresa (Uniemp), instalado em São Paulo em meados de fevereiro do corrente ano. O Uniemp, que se destina a intermediar a integração entre universidades, institutos de pesquisa e empresas, com vistas ao desenvolvimento nacional, busca promover, de forma sistemática, o relacionamento universidade-empresa, em proveito de ambas. Idealizado por empresários de grandes indústrias, convictos da necessidade de investir em pesquisa na busca de competitividade, o projeto obteve a adesão de vários dos mais importantes núcleos universitários do país, dentre os quais as três universidades estaduais de São Paulo.

Para a operacionalização dos objetivos do Uniemp, está prevista, como importante suporte, a organização de um adequado sistema de informações que traduza as demandas e as potencialidades das duas partes,



mediante constituição de um banco de dados em nível nacional. Visando a objetivo semelhante, já se encontra em andamento em São Paulo a composição da Rede Paulista de Informações Tecnológicas, e a UNESP, mediante contrato com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado, deverá realizar, ainda no primeiro semestre deste ano, o recenseamento de seus próprios laboratórios de pesquisa e prestadores de serviços, em ensaios, testes e análises.

Muito tem sido dito e escrito sobre a necessidade de participação da universidade num amplo projeto de desenvolvimento nacional. Urge passar do discurso à prática. Ante o desafio, com que ora se defronta o país, de promover a ciência e a tecnologia, com vistas à reestruturação e ao crescimento da economia nacional, impõe-se a efetiva integração da ciência básica e da ciência aplicada cultivadas nas universidades, com suas aplicações tecnológicas. Para tanto, é preciso que as empresas se convençam da necessidade de investir em pesquisa e que as universidades reconheçam que a parceria com a empresa, quando adequadamente conduzida, deverá apoiar e estimular as atividades de investigação que lhe são próprias, propiciando-lhes, inclusive, novas fontes de financiamento.

Na UNESP, a interrelação universidade-empresa não é recente nem fruto de pressões exógenas. Cresceu e desenvolveu-se, inicialmente em nível de cada câmpus, e, nos últimos anos de forma mais integrada, com a retaguarda e o apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, da Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento e da Fundunesp, sempre em função das características e exigências do trabalho acadêmico e das demandas locais. Em nenhum momento, perdeu-se de vista o real significado dessas atividades de extensão no contexto da vida universitária. Na UNESP, portanto, os projetos em parceria com as empresas, à semelhança do que ocorre com as demais atividades de prestação de serviços à população em geral e às entidades públicas municipais e estaduais, representam uma extensão das atividades propriamente universitárias. No plano acadêmico, esse saudável e fértil diálogo entre a teoria e a prática tem propiciado a aplicação de resultados das pesquisas desenvolvidas na Universidade, a descoberta de novos temas de investigação, o cultivo da interdisciplinaridade, a integração de docentes e pesquisadores de câmpus diversos e, por tudo isso, o aprimoramento do ensino de graduação e de pós-graduação.

SÍNTESE

A SECRETARIA GERAL está preparando uma série de publicações que revelam números e dados sobre a Universidade e que se constituirão em peças importantes para a consecução dos objetivos do Ano da Avaliação, em curso. Entre as publicações estão catálogos de trabalhos e de resumos publicados, catálogo de teses e dissertações e o anuário estatístico.

O MAIOR PROBLEMA encontrado pelos órgãos centrais da Universidade para compor esses catálogos é a dificuldade na coleta de informações junto aos departamentos e seus docentes. Com o objetivo de mudar essa situação, a Secretaria Geral bolou um questionário que deverá ser respondido de uma só vez mas que servirá para múltiplos fins. Em função da importância da empreitada, o secretário-geral Darwin Beig vai começar a percorrer as unidades para divulgar o questionário — que está sendo chamado de 'formulário único' — e mostrar a necessidade e a conveniência do seu preenchimento correto e no tempo certo.

CONSTITUÍDA PELO Conselho Universitário em dezembro último, a nova Comissão Supervisora de Informática está fazendo uma avaliação crítica do estágio atual de informatização da UNESP. Enquanto isso, uma decisão já foi tomada: os pólos computacionais passarão a gozar de maior autonomia administrativa para se organizar e decidir formas de procedimento frente à demanda local de trabalho.

OUTRO CAMINHO importante na direção da descentralização administrativa está sendo cuidadosamente preparado: o que levará à distribuição do orçamento da Universidade com base em objetivos, critérios e metas claramente definidos. O responsável pelo trabalho, que resultará na apresentação de uma proposta para apreciação do CADE e do CO, é o professor Flávio Abranches Pinheiro, diretor da FCA/Botucatu, que no dia 25 de março expôs aos seus colegas a maneira como vem trabalhando e os resultados a que já pôde chegar.

unesp

Reitor: Paula Milton Barbosa Landim
Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Raquete de Macedo
Pró-reitor de Graduação: Antonia Cesar Perri de Carvalho
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antonia Manoel das Santas Silva
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiera

Jornal da UNESP

Editor: André Lauzas
Redação: Denise Pellegrini, Marcela Burgas e Tânia Belickas
Colaborador: Cleide Partes, Emi Shimma e Marcelo Nicolosi
Editor de Arte: Celsa Pupa
Secretário de Redação: Viviane Fernandez
Produção: José Luiz Redini
Tiragem: 20 mil exemplares

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborada mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.
Endereço: Rua da Carma, 44, 5º andar, CEP 01019, São Paulo, SP. Telefone 37-4479

Composição, fotolito e impressão: Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP



Maior apoio à pequena empresa

UNESP manterá cooperação técnico-científica com setor produtivo

Existem hoje no Brasil cerca de 3 milhões de micro, pequenas e médias empresas, que representam 98% do universo empresarial do País. Apesar de bastante expressivo, esse contingente tem uma situação bastante instável: 80% dos pequenos empreendimentos fecham suas portas no primeiro ano de vida. A UNESP e o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae) estão unindo esforços para dar maior fôlego a esse segmento que, apesar de sua fragilidade, é essencial a qualquer economia moderna. No último dia 19, as duas entidades firmaram um convênio de cooperação técnico-científica, que permitirá a realização de consultorias e projetos conjuntos em diversas áreas.

Presidente do Sebrae e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman acentua que o intercâmbio de tecnologia entre o setor produtivo e centros de pesquisa como a UNESP evitará o grande índice de "mortalidade" dos pequenos empreendimentos, ao mesmo tempo que garantirá melhores condições de produção e produtividade. "De nada adianta as grandes organizações se modernizarem, se a matéria-prima fornecida pela pequena empresa é cara e sua distribuição é precária", observa Szajman.

De acordo com o superintendente do Sebrae, Irani Cavagnoli, a instituição se colocará como intermediária entre a UNESP e os empresários de menor porte, facilitando seu acesso a projetos de geração tecnológica. "Muitas vezes o pequeno produtor não sabe a quem recorrer para sanar seus problemas", constata Cavagnoli. "A universidade para ele é algo muito distante." Cavagnoli enfatiza que os serviços prestados pelos pesquisadores universitários deverão ser pagos pelos empresários. "Não somos paternalistas", declara. Porém, haverá apoio a quem não tiver condições de cobrir todos os custos dos projetos. O superintendente do Sebrae lembra que sua entidade assinou, em março, um contrato com o Banco do Brasil, no valor de Cr\$ 100 bilhões, para financiamento de pesquisas a pequenos empresários.

VOCÇÃO RURAL

O contato entre a Universidade e o meio empresarial é, na opinião do professor Amilton Ferreira, presidente da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp), vantajosa para todos os envolvidos. "Por meio desse processo, obtemos novos recursos e reciclamos professores e pesquisadores, ao mesmo tempo que solucionamos os problemas das empresas", esclarece Ferreira. Para o presidente da Fundunesp, devido à tecnologia que desenvolve na área agropecuária, a vocação principal da UNESP é atender às necessidades do produtor rural. Um dos exemplos que Ferreira cita nesse campo é o convênio entre a Universidade e a Citrovita, do Grupo Votorantim, que deu origem a "superlaranjeiras" desenvolvidas através de biotecnologia, resistentes a pragas e com frutos de qualidade internacional.

Além de auxiliar os micro e pequenos empresários, o convênio com o Sebrae pre-



Cavagnoli e Ferreira acompanham assinatura de acordo pelo reitor e Szajman

Márcio Minillo

vê a realização de cursos de orientação a alunos e docentes da UNESP. "Estudantes que queiram tornar-se pequenos empresários terão todo o tipo de informação", comenta Maria do Carmo Pichinin, assessora da Fundunesp. Com esse objetivo, em 1992, Maria do Carmo informa que serão realizados programas de desenvolvimento para os possíveis empreendedores, em nove câmpus: Botucatu, Guaratinguetá, Rio Claro, Jaboticabal, Araraquara, Bauru, Presidente Prudente, Ilha Solteira e São José do Rio Preto.

O convênio firmado em 19 de março passado é um desdobramento do Programa Parceria, que vem sendo realizado pela Fundunesp. Segundo Irani Cavagnoli, a aproximação com a UNESP começou no ano passado, graças a contatos entre o câmpus de Bauru e o escritório do Sebrae na cidade. "Descobrimos o potencial da Universidade para o intercâmbio com as empresas", declara. Cavagnoli destaca que sua entidade conta com onze escritórios regionais instalados no interior de São Paulo, o que amplia bastante as possibilidades de colaboração com as várias unidades da UNESP.

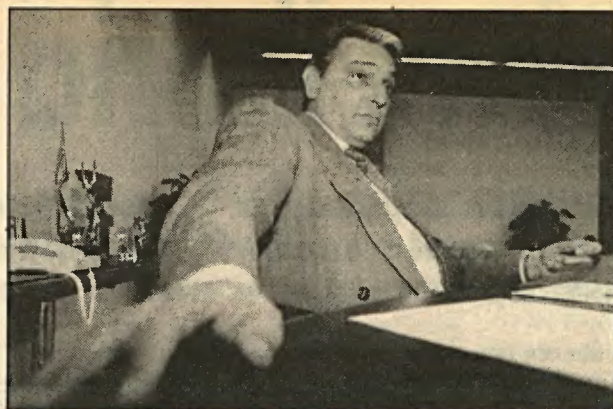
Emi Shimma

Instituto nasce pela tecnologia

O setor empresarial e o meio acadêmico decidiram dar soluções conjuntas a questões como o atraso tecnológico do Brasil em relação aos países desenvolvidos, atualmente estimado em cerca de quinze anos. No último dia 14 de fevereiro foi criado, na capital paulista, o Instituto Universidade-Empresa (Uniemp), que conta com a participação de dezoito instituições de ensino superior e 37 empresas. A proposta da entidade é auxiliar os empresários de qualquer setor da economia, encaminhando-os aos maiores centros nacionais de pesquisa, de acordo com suas necessidades. Dessa maneira, eles poderão atualizar seu empreendimento, otimizar a produção e aumentar a qualidade de produtos e serviços.

Entre as instituições de ensino que integram o Uniemp estão a UNESP, Unicamp, USP e as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília. Da lista das empresas filiadas constam grupos como Rhodia, Copersucar, Agrocere e J. Macedo. Essas organizações se responsabilizam pela manutenção do Uniemp, por meio do pagamento de uma taxa individual de US\$ 1 mil. "A criação do instituto faz parte de uma estratégia de reciclagem das empresas", justifica Edson Vaz Musa, presidente da Rhodia e do Uniemp. "Nossa meta é aumentar a competitividade do produto brasileiro no exterior a médio e longo prazos."

Especialmente na área do "agrobusiness", ou seja, de negócios no ramo rural, a UNESP tem muito a oferecer. O reitor, professor Paulo Milton Barbosa Landim, que é membro do Conselho Deliberativo do Uniemp, lembra que "contamos com



Martine Bergamo

Musa, da Rhodia: criação do Uniemp tornará empresas mais competitivas

três faculdades de Agronomia, associadas ao Instituto de Pesquisas Meteorológicas de Bauru". Apesar de ser mantida por pesos-pesados da economia, o Uniemp visa atender principalmente empresários de pequeno e médio portes, que não têm condições de buscar inovações científicas no exterior e necessitam de tecnologia de base, em vez de conhecimentos de ponta. "No Nordeste, por exemplo, muitos agricultores não sabem que precisam manter certa distância entre um pé de milho e outro, para que haja maior rentabilidade por hectare", afirma Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Agrocere.

No entanto, as vantagens do novo instituto não se restringem apenas às empresas. Reitor da Unicamp e vice-presidente do Uniemp, Carlos Vogt destaca a importância dos recursos extraorçamentários que poderão ser captados pelas universidades. "Desse modo, haverá mais verbas para equipamentos, laboratórios e pesquisas", ressalta. O contato com o meio em-

presarial, de acordo com o diretor-executivo do instituto, Ruderico Moraes, também é importante para a formação do aluno e a atualização do professor em relação à realidade do mercado. "Não podemos esquecer ainda a ampliação da possibilidade de estágios e de aperfeiçoamento do currículo", acrescenta Moraes.

Ele assinala que os serviços prestados pelas universidades serão pagos pelas empresas. "O Uniemp apenas serve de ponte entre as duas partes", enfatiza. Caso o empresário não disponha de muitos recursos, Moraes explica que sua entidade intermediará o contato com agências de fomento à pesquisa, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Dando seus primeiros passos, o instituto já desenvolve projetos como a implantação de um banco de dados integrado às universidades e a realização de cursos de administração e gerenciamento de empresas.

(E.S.)



Márcia Minillo

ESCOLA PÚBLICA

Não há melhoria sem universidade

É preciso recuperar a qualidade do ensino de 1º e 2º graus. E a UNESP tem seu papel a cumprir, com medidas como o aprimoramento de licenciaturas, reciclagem de docentes e maior contato com a realidade da rede pública

Até os anos 60, estudar em um colégio público era, além de um privilégio, certeza de uma ótima formação. Aos alunos "limitados", restava o consolo de cursar uma escola particular, no chamado sistema "PPP — papai pagou, passou". Infelizmente, as coisas se inverteram. Hoje, aos que não podem arcar com as mensalidades do ensino particular, resta a triste constatação do sofrível desempenho da escola pública de 1º e 2º graus. Esboçam-se tentativas de recuperar o ensino fundamental e médio e a universidade, sem tomar para si uma obrigação do Estado, não se esquivam de participar da empreitada.

A decadência da escola pública paulista, a partir dos anos 70, não ocorreu por acaso. "Esse é o resultado de uma política deliberada de enfraquecimento do ensino público, aliada à expansão das escolas particulares", considera o pró-reitor de Graduação, Antonio Cesar Perri de Carvalho. O êxodo rural, associado ao crescimento da industrialização

nas grandes cidades, fez com que uma parcela maior da população procurasse a escola, antes um privilégio das elites. "Para atender essa demanda, de 60 a 80, o Estado ampliou consideravelmente a rede", explica João Cardoso Palma Filho, assessor especial do gabinete do secretário da Educação, membro do Conselho Estadual de Educação e professor do Departamento de Educação do Instituto de Artes (IA) de São Paulo.

"Essa expansão quantitativa da escola pública não foi acompanhada pelo avanço qualitativo", enfatiza Odair Sass, membro da Coordenadoria Geral dos Núcleos de Ensino da Unesp. Hoje, os 5,5 milhões de alunos da rede pública de São Paulo convivem com professores malformados e descontentes com os baixos salários. Muitos têm ainda que enfrentar deficiências de infra-estrutura básica como a falta de carteiras ou de livros didáticos, problemas que a Secretaria está atacando com a implantação da Escola-Padrão (veja quadro nesta página.).

PRIORIDADE

Na UNESP, o compromisso de trabalhar para a maioria do ensino de 1º e 2º graus é um consenso. "Essa é uma ação prioritária para nós", enfatiza o reitor Paulo Milton Barbosa Landim. "Não queremos ocupar um lugar que é da Secretaria da Educação mas, sempre que possível, vamos atuar nesse campo", garante. Nesse sentido, o reitor aponta o interesse especial da Universidade na formação de professores, oferecendo 51 opções de cursos de licenciatura em onze câmpus. "Das 4.196 vagas, 1.835 são de licenciatura", computa o pró-reitor Perri.

Ainda assim, UNESP, USP e Unicamp são "intimidadas" pela sociedade a aumentar suas vagas nessas modalidades de cursos. "A universidade precisa ampliar a formação de professores", reclama João Antônio Felício, presidente da Apeoesp — Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Felício faz sua reivindicação com

base em dados concretos. "Mais de 90% dos docentes da rede pública são egressos das faculdades particulares", conta. Para a professora Maristela Bernardo, do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, é obrigação da universidade pública a formação de um magistério consciente da realidade da escola atual, não mais freqüentada pelas elites. "Nossos formados são bons conhecedores de conteúdos mas não sabem como ensinar crianças e adolescentes e, em particular, os de baixa renda".

Para a professora Maristela, é necessário que se forme uma nova categoria de pesquisadores. "Precisamos de matemáticos, físicos, biólogos, historiadores, interessados no ensino e não só na pesquisa", reclama. "Os professores dos conteúdos específicos precisam conhecer como está a escola hoje e não deixar essa tarefa somente para os pedagogos", completa a professora Raquel Volpato Serbino, do Departamento de Educação do Instituto de Biociências de ➤

➤ Botucatu, e também organizadora do II Congresso Paulista sobre Formação de Educadores a ser realizado em maio próximo.

As duas docentes são unânimes ao afirmar que a vivência dos universitários dentro das instituições de 1º e 2º graus traz elementos substanciais para o aprimoramento das licenciaturas. A teoria já foi comprovada pelo IA, onde uma pesquisa junto às escolas da rede constatou que não se formavam professores de Educação Artística aptos a atuar no ciclo básico. Apesar de dominarem a matéria, os licenciados não sabiam como ensinar suas técnicas às crianças de 7 e 8 anos. O resultado foi a mudança do currículo do curso em 1991. "A pesquisa nos deu uma visão claríssima da realidade vivida pelos professores em sala de aula", conta a professora Maria Helena Maestre Gios, do Departamento de Educação do IA.

TREZE NÚCLEOS

A investigação foi desenvolvida pelo Núcleo de Ensino do IA, um dos treze existentes atualmente dentro da Universidade e que têm por objetivo desenvolver pesquisas visando ao aprimoramento da escola pública paulista. Criados em 1988, os núcleos, segundo Odair Sass, alteraram a qualidade da relação entre a Universidade e o ensino de 1º e 2º graus. "A partir dessa época, os docentes passaram a participar mais de trabalhos sobre o ensino fundamental e médio", explica Sass. Além disso, a qualidade dos estudos se elevou, por se respeitarem as demandas efetivas dos professores da rede.

Os câmpus de Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto e São Paulo já têm seus Núcleos de Ensino. São cerca de oitenta docentes da UNESP, quase seiscientos professores da rede e 183 estagiários trabalhando em cerca de quarenta projetos sobre todas as disciplinas. "A base de nossa atividade é o diagnóstico da situação do ensino", explica a professora Alda Marin, presidenta da Comissão Coordenadora dos Núcleos. "So depois disso é que passamos a elaborar projeto de ação, tudo isso em conjunto com os professores da rede." Odair Sass enfatiza que o trabalho só faz sentido se representar avanços em relação ao que já se conhece. "Não se pode perder de vista a função básica da universidade, que é produzir conhecimento novo."

A UNESP não se limita, contudo, a atuar somente nas cidades onde mantém câmpus. Prova disso é o Cepel — Centro de Ensino e Pesquisa do Litoral Paulista — criado em 1989. O centro, sediado em São Vicente, já ofereceu duas mil vagas nos cursos de reciclagem, dá assessoria a delegacias de ensino e faz acompanhamento permanente do pessoal do magistério. "O nosso trabalho não tem similar na região, que é desprovida de universidades públicas", lembra a professora Myrna Therezinha Rossi Rego, coordenadora do Cepel. O Con-

Em cena, a escola padrão

O governo do Estado deu início, neste ano, à Reforma do Ensino Público, implementada em 306 das 6.600 escolas de 1º e 2º graus da rede. Nesses estabelecimentos, os alunos terão mais horas diárias de aula e um período letivo mais extenso. As mudanças não param por aí. Tanto professores como diretores receberão gratificações adicionais e, juntamente com pais e alunos, formarão o Conselho de Escola. O órgão será o responsável pelas decisões pedagógicas e financeiras.

O empenho da Secretaria da Educação coincide com o êxodo dos alunos da escola particular para pública. Neste ano, segundo dados da Secretaria, só na Grande São Paulo a rede pública está absorvendo 12,43% dos alunos matriculados em escolas privadas em 1991. "Eu mesmo estou prestigiando a iniciativa", confessa o pró-reitor de Graduação Antonio Cesar Perri de Carvalho, que transferiu seus dois filhos da escola particular, que não estava atendendo a suas expectativas, para uma escola padrão. "Tenho certeza de que esses pais que sabem manifestar seu descontentamento vão contribuir para a melhoria da rede

pública, atuando nos Conselhos de Escola", considera João Cardoso Palma Filho, assessor especial de gabinete do secretário da Educação, membro do Conselho Estadual de Educação e professor do Instituto de Artes de São Paulo.

Mas, nem todos estão otimistas com as mudanças. João Antônio Felício, presidente da Apeoesp, revela que, em linhas gerais, a grade curricular da escola padrão foi definida em janeiro, quando os professores estavam em férias. "A autonomia pedagógica fica só no discurso", acentua. O dirigente sindical critica ainda o sistema de gratificações, que não são incorporadas aos salários. A deputada estadual Beatriz Pardi, do PT, concorda com as críticas. "É preciso antes de mais nada criar-se uma política salarial digna para os professores", acredita. Beatriz considera ainda inadequado o sistema que reformula o ensino privilegiando 5% das escolas. "Não sei como a iniciativa pode ser estendida às outras mais de seis mil escolas, quando os recursos para o ensino de 1º e 2º graus estão diminuindo."

(D.P.)

sócio Intermunicipal de Educação do Leste Paulista, criado por oito cidades da região interessadas na melhoria do ensino é outro exemplo da ação da UNESP nesse campo (veja quadro nesta página).

RECICLAGEM

Depois da suspensão, em 1990, por parte da UNESP, USP e Unicamp, dos chamados cursos de 30 horas, nenhum projeto do mesmo fôlego foi implementado pela Secretaria da Educação visando à reciclagem do magistério. "Precisamos de cursos que supram nossa necessidade de atualização permanen-

te", reivindica João Felício, da Apeoesp. O caminho, acreditam certos especialistas, estaria na educação à distância. Um projeto nesse campo está sendo desenvolvido pela Secretaria através da FDE — Fundação para o Desenvolvimento da Educação. A proposta visa à capacitação docente com a utilização de TV, vídeos, textos e tutores. "Devido à extensão territorial do Estado e ao número de docentes, é muito difícil atender a toda essa demanda em cursos tradicionais", acredita o professor Arif Cais, assessor da Pró-Reitoria de Graduação, que vem trabalhando junto à FDE para a implantação do projeto.

Para a deputada estadual Beatriz Pardi, do PT, os cursos de reciclagem

devem atender ao maior número de docentes no menor espaço de tempo. "Se os docentes forem reciclados gradativamente, terá passado tanto tempo até que todos sejam treinados, que os resultados serão nulos", considera. Mesmo assim, ela não é partidária dos cursos de educação à distância. "Acho que o método pode ser complementar, mas não a base do treinamento."

Procurando outras alternativas no campo da reciclagem profissional, a UNESP, a partir deste ano, está possibilitando que os professores da rede pública de 1º e 2º graus cursem, como alunos especiais, as disciplinas que apresentarem vagas remanescentes. "Abrimos 3.210 vagas", informa o pró-reitor Perri, acrescentando, porém, que somente 228 serão aproveitadas. "Os professores enfrentam problemas de horário e, além disso, nem todas as matérias despertaram o interesse do magistério", argumenta.

USP E UNICAMP

A experiência não é pioneira. Em 1991, iniciativa semelhante foi adotada pela Faculdade de Educação da USP. "Pela afluência de participantes, podemos dizer que a proposta foi um sucesso", considera a diretora Myriam Krasilchik. Em 1991, passaram pela FE 1.209 professores da rede, inscritos em disciplinas dos cursos de licenciatura e Pedagogia. "Para o primeiro semestre deste ano, já temos 854 inscritos", completa. Na USP, aliás, a formação de professores tem sido motivo de discussões constantes. No mês de março, o Conselho de Graduação aprovou medida no sentido de dar às faculdades liberdade para planejar, da maneira mais conveniente, seus cursos de licenciatura. Desse modo, as disciplinas pedagógicas poderão ser oferecidas a partir do primeiro ano do curso, e não somente no último.

Na Unicamp, segundo o reitor Carlos Vogt, a preocupação com a qualidade do ensino fundamental e médio é demonstrada através de sua forte tradição em ministrar cursos de especialização para professores da rede. "Consideramos uma obrigação da universidade zelar pelo aprimoramento do ensino de 1º e 2º graus, não somente do ponto de vista social, mas também do científico, especialmente se a instituição atua no campo da pesquisa, como é o caso da Unicamp", diz.

Aprimoramento na formação de professores, reciclagem e treinamentos à parte, o presidente da Apeoesp afirma que, para São Paulo ter de volta uma escola pública de qualidade, será necessário retomar os recursos investidos em educação, na década de 70. "Se o Estado gastasse os mesmos 29,77% do ICMS de 1979, e não os atuais 19,24%, certamente se faria uma grande revolução no ensino", argumenta Felício. O professor Perri, por sua vez, acredita em resultados positivos a médio prazo. "Mas, para se igualar o ensino de hoje ao de vinte anos atrás, será necessário o empenho de dois governos consecutivos."

Denise Pellegrini

A opção do sistema regional

Assessorar a criação de um subsistema regional de ensino no leste paulista. Foi essa a saída encontrada pela UNESP para não deixar sem orientação as autoridades de oito cidades — Casa Branca, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratanga e Vargem Grande do Sul —, preocupadas com a educação na região. "Esse é mais um desafio para nós", admite o reitor Paulo Milton Barbosa Landim. "Onde não possuímos câmpus, vamos atuar de maneira indireta na melhoria do ensino", explica o reitor, acrescentando que não é possível para a UNESP encampar instituições municipais de ensino.

O programa se baseia na melhoria do sistema de educação superior da região — constituído pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo e Instituto de Ensino Superior de Mococa —, responsável pela forma-

ção dos professores da rede. "Com o quadro do magistério mais qualificado, o ensino de 1º e 2º graus será aprimorado", diz Odair Sass.

"Pretendemos que, em breve, tenha início o curso de aperfeiçoamento de 360 horas para os docentes das duas faculdades", esclarece Márcio José Lauria, diretor da Faculdade de São José do Rio Pardo. O subsistema tem tudo para dar certo, na opinião do diretor de Educação e Cultura do município de Mococa, Antonino da Silva. "Foram dois anos de discussões, para só depois o consórcio ser assinado", lembra. Todo esse planejamento deixa confiante o prefeito de Casa Branca, Geraldo Magela Furlani, que, como os outros administradores, garante que aplicará recursos no projeto. "A proposta está tendo uma boa receptividade na região e acredito que a verba será bem empregada", conclui.

(D.P.)

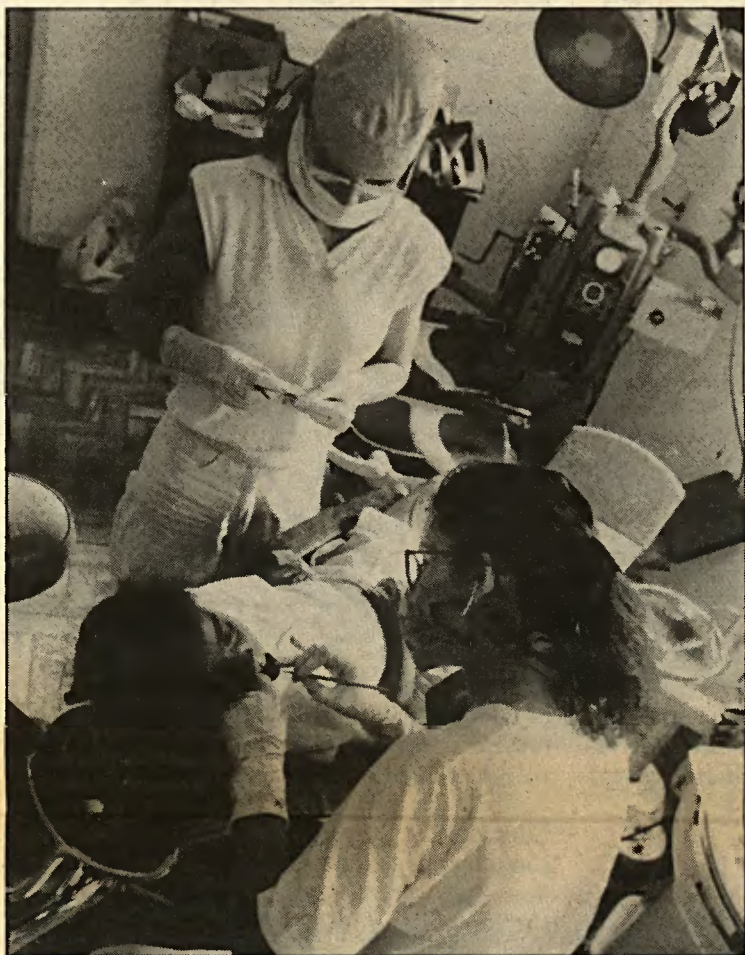
A prática dá a sua lição

Alunos de São José dos Campos aprendem profissão atendendo a comunidade

A figura do dentista costuma causar medo em muita gente. No entanto, se depender de Susana Aparecida Tomazela e Paula Cristina de Castro Lobo, os meninos e meninas da Creche Eden passarão a olhar esse profissional no mínimo com mais simpatia. Duas vezes por semana, Susana e Paula visitam a instituição, mantida pela Prefeitura de São José dos Campos, e tratam das cáries e outros problemas dentários da garotada. "Precisamos ter paciência e usar de muita psicologia", explica Paula. Mas o serviço não pára por aí. Elas também orientam as crianças e seus pais sobre como escovar bem os dentes e os hábitos adequados de alimentação e higiene.

Susana e Paula são alunas da Faculdade de Odontologia (FO), da UNESP, de São José dos Campos, que desde 1976 mantém um convênio com a Prefeitura local, para atendimento da população. Dessa forma, todas as segundas-feiras à tarde e quintas-feiras de manhã, os quartanistas da FO realizam seus estágios, visitando unidades básicas de saúde, escolas municipais e estaduais, creches e instituições filantrópicas.

Outros dois estudantes, Sandro Maurício Guizzo e Lilian Kokuba, prestam serviços na cadeia-



Susana (em pé) e Paula: tratamento e orientação numa creche

modelo da Associação de Proteção aos Condenados (Apac). Eles destacam a importância da atividade extramuros para sua formação. "Aprendemos a ter autoconfiança", revela Sandro. "A realidade às vezes assusta, mas é um grande desafio", complementa Lilian, que assegura que já superou "a tremeadeira e o frio na barriga" das primeiras consultas. Os alunos afirmam que normalmente tomam sozinhos as decisões sobre o tratamento a ser feito, com exceção dos casos mais complexos. "Quando não estamos seguros quanto ao que fazer, entramos em contato com um professor de plantão na Faculdade", informa Sandro.

Paula conta que, além de incentivar o coleguismo e a troca de informações, o atendimento à comunidade ensina os estudantes a encontrar soluções com o que possuem à sua disposição. "Nem sempre contamos com os recursos que temos na Faculdade", recorda. Com o projeto de se especializar em odontopediatria, Susana diz que a experiência na creche Eden está confirmando seus planos. "Eu me sinto como se estivesse em meu próprio consultório", confessa. No segundo semestre, Paula e Susana "mudam de endereço": como os demais estudantes, serão remane-

jadas para outra unidade de atendimento.

"O rodízio permite aos estudantes maior visão da profissão e esse contato com pessoas e universos diferentes é muito enriquecedor", analisa o professor Nicolau Diacov, coordenador da atividade extramuros. De acordo com o docente, o programa oferece aos alunos uma noção abrangente das áreas de atuação da odontologia e enfatiza o caráter social e preventivo da profissão. "Ao mesmo tempo, é reforçada a integração entre a Universidade e a sociedade", declara.

No ano passado, 2.534 pacientes foram tratados pelos quartanistas da FO, que atendem em média quatro pessoas por dia. Em 1992, a turma do 4º ano conta com 56 estudantes, sendo que quarenta deles fazem parte do convênio com a Prefeitura e estão distribuídos — sempre em duplas — em vinte pontos da cidade. Os dezesseis alunos restantes realizam trabalhos com pacientes especiais dentro da própria faculdade. Todos os procedimentos e tratamentos feitos pelos alunos são supervisionados e analisados por professores, através de relatórios.

Emi Shimma

AGRONOMIA

Muito trabalho pela saúde das plantas

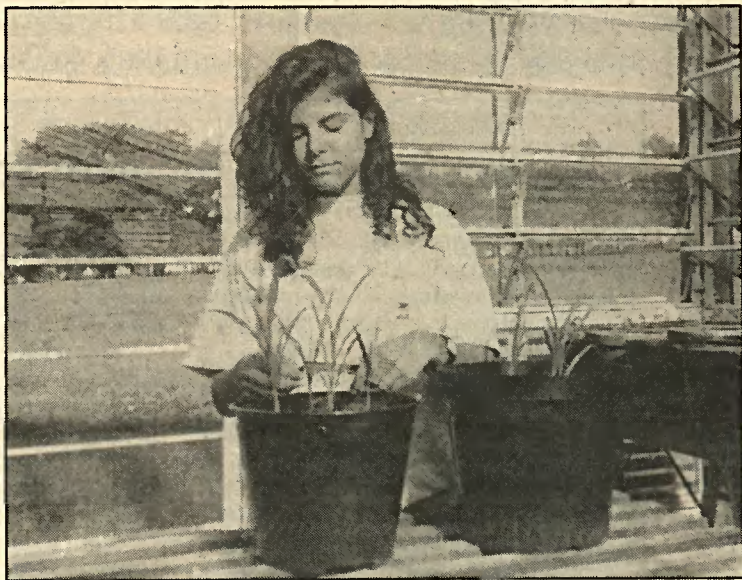
Tânia estuda carência vegetal

Quem quiser encontrar Tânia Marcia de Queiroz numa quinta-feira à tarde deve dar uma passadinha nos laboratórios do Departamento de Tecnologia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), câmpus de Jaboticabal. Certamente, vai ver a estudante ocupada com pipetas, tubos de ensaio e elementos químicos. Sua intimidade com esses materiais convence qualquer testemunha de que a jovem faz o que gosta e sabe o que quer — ou seja, a pesquisa. Mas as dificuldades de seu trabalho já levaram Tânia a duvidar se essa é a carreira que seguirá no futuro: "Houve momentos em que a idéia de desistir de tudo passou pela minha cabeça", confessa.

Atualmente cursando o 7º semestre do curso de Agronomia, Tânia desenvolve um projeto para detectar a carência de zinco nas plantações. Essa detecção deve ser

feita em tempo, para evitar a morte das plantas com a correção da composição química do solo. "Hoje essa carência só é percebida quando aparecem sintomas visíveis na planta, mas aí já é tarde demais", esclarece. Para dar andamento a seu trabalho, a aluna conta com uma bolsa de iniciação científica fornecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O seu orientador no projeto é o professor Wanderley José de Melo, que vê em Tânia uma pesquisadora dedicada: "Nas aulas práticas ela sempre demonstrou interesse e seu desempenho atual é excelente", avalia.

No primeiro contato mais aprofundado com o campo da pesquisa, a estudante enfrenta um bom desafio. O trabalho, que envolve o estudo de uma enzima chamada anidrase carbônica, já está completando dois anos. A anidrase atua no equilíbrio do processo de respiração dos



A estudante analisa mudas de sorgo: pesquisa longa

vegetais e, para realizar a tarefa, necessita de zinco. A proposta de Tânia é relacionar a queda de atividade da enzima com a carência do metal e assim suprir essa necessidade no momento certo. "Estou analisando a ação da anidrase na planta de sorgo, desde a semente até a idade adulta", comenta. Muito usado como ração animal, o sorgo é um ve-

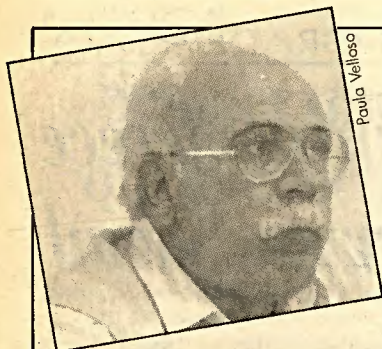
getal fácil de ser cultivado.

Desde que começou a pôr em prática seu projeto, a estudante precisou superar obstáculos como o aperfeiçoamento do método para medir a atividade da enzima. "O método é norte-americano e teve de ser adaptado das plantas cítricas para o sorgo", relata. O esforço durou seis meses, mas Tânia foi bem-sucedida.

Outro entrave que precisou contornar foi o ataque de pragas às plantas que cultivava. "Como não sabemos se os venenos interferem na atuação da enzima, não pudemos utilizá-los", ressalta. Impotente diante dos estragos causados pelas pragas, a jovem confessou que ficou desanimada, mas nesse momento recebeu o apoio do orientador. "Ele me fez compreender que nas pesquisas essas coisas costumam acontecer", recorda.

Com paciência, Tânia venceu as dificuldades, muitas vezes dando duro em fins de semana e feriados. O empenho, porém, teve suas compensações: "Aprendi a lidar com aparelhos e instrumentos de laboratório e utilizar bem uma bibliografia", informa. Na segunda etapa do projeto, que ela pensa em transformar em trabalho de conclusão de curso, será estudado o cultivo do sorgo em solos com diferentes teores de zinco. A pós-graduação já faz parte de seus planos: "Descobri que gosto da atividade de laboratório e do trabalho de campo", revela. A bolsa de iniciação científica cobre 60% dos seus gastos no mês — o restante vem dos seus pais, que moram em Miguelópolis. "O dinheiro da bolsa não dá para tudo, mas é um grande estímulo", ressalva.

Marcelo Nicolosi, de Jaboticabal



Fantinati, o diretor: planos para manter o prestígio da editora, tornando-a auto-suficiente em matéria de finanças



Páginas abertas ao pesquisador

Editora UNESP quer publicar quinze trabalhos de docentes em 93

A Editora UNESP ousou, foi bem-sucedida, mas sua atuação também recebeu reparos. De um lado, ganhou notoriedade pela publicação de livros de autores clássicos, de relevância indiscutível. Com esse audacioso projeto, a Editora saiu do anonimato e conquistou o Prêmio Jabuti, pela edição da *Enciclopédia*, de Diderot e D'Alambert, como melhor produção literária de 1990. Em contrapartida, foi criticada por ter deixado em segundo plano a publicação de trabalhos de docentes da Universidade.

Agora, a Editora está partindo para um novo desafio. No próximo ano, pretende colocar no mercado quinze livros de autoria de professores da UNESP, que serão selecionados entre 6 mil títulos de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas ao longo dos últimos dez anos. "A produção acadêmica exige um tratamento específico para ser colocada no mercado", explica José Castilho Marques Neto, editor-executivo da Editora.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa foi designada para fazer a seleção prévia de 45 títulos. De acordo com o pró-reitor Antônio Manoel dos Santos Silva o critério para a escolha das obras será seu mérito acadêmico. "A comercialidade dos livros ficará por conta da Editora", explica ele. Numa segunda etapa, os trabalhos serão novamente avaliados por um conselho editorial, constituído de sete professores da UNESP e também de outras universidades. "Essa equipe vai dar a última palavra sobre o que será publicado", antecipa o professor Carlos Erivany Fantinati, diretor de publicações da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp) e diretor da Editora.

O professor Paulo Windisch, do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) do câmpus de São José do Rio Preto, está vendo com bons olhos a iniciativa da Editora se voltar mais para as obras dos professores. "No começo, a Editora se afastou um pouco dos docentes", comenta ele, que lançou um livro sobre samambaias, impresso na gráfica do Ibilce. "Mas agora pretendo procurá-la para publicar a segunda edição do meu trabalho", diz.

AUTORES CONSAGRADOS

As propostas do professor Fantinati não são muito diferentes da linha editorial

estabelecida pelo ex-diretor Marco Aurélio Nogueira: a de inserir a Editora UNESP dentro do mercado com vigor. Quando a Editora foi fundada, em 1987, o objetivo era torná-la conhecida. A produção gráfica recebeu atenção especial e foram publicados títulos de autores consagrados. Na época, a opção foi publicar apenas obras coletivas dos docentes. Assim surgiram em 1988 as coleções "Seminários e Debates UNESP", seguida em 1989 de "Natura Naturata" e a "Universitas". Nesses quatro anos foram lançados 36 livros, entre os quais *Questões de Literatura e Estética*, de Mikhail Bakhtin e a *Universidade na Idade Média*, de Jacques Verger. O último lançamento foi *O ouvido pensante*, de Murray Schafer (leia resenha nesta página). A Editora também publica revistas científicas que hoje atingiram vinte títulos.

Mas Fantinati quer ir mais longe. No prazo de quatro anos ele pretende tornar a Editora auto-suficiente em termos financeiros. E, na sua opinião, isso só poderá acontecer se os livros forem absorvidos pelo mercado. "Uma editora trabalha com uma mercadoria e isso dá margem para discussão com os docentes", explica ele.

As propostas que começam a entrar em vigor na Editora também geram opiniões fora dos limites da Universidade. Barbara Freitag, professora da UnB, cujo livro *Piaget e a Filosofia* foi publicado pela Editora UNESP em

1991, considera que uma editora universitária tem de ser equilibrada, lançando obras de qualidade dos docentes, além de títulos de interesse geral. "Ela não pode virar o órgão de uma panelinha", observa. A preocupação comercial da Editora UNESP é elogiada por Marcus Fernando Gasparian, da Paz e Terra. Segundo Gasparian, a Editora saiu na frente de suas congêneres universitárias quando resolveu se profissionalizar. "Ela buscou o mercado, fazendo um trabalho de qualidade", afirma. A Paz e Terra participou de três co-edições com a UNESP e os livros venderam bem, segundo Gasparian.

Os bons resultados que a Editora vem apresentando — ressaltados por empresários do próprio setor — são também fruto da eficiente distribuição feita em nível nacional. De acordo com Celso Fonseca, assistente de marketing da Editora, as distribuidoras de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná são responsáveis por 45% das vendas. E essas empresas redistribuem os livros para livrarias universitárias e comerciais de todo o País. Fantinati quer que, com soluções como essa, a Editora mantenha a sua agilidade: "Precisamos aprimorar cada vez mais nosso desempenho", ressalta.

Tânia Belickas

Próximos lançamentos da Editora UNESP

- *O aparecimento da livro*, de Lucien Febvre
- *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica*, de Paolo Rossi
- *A invenção do América*, de Edmundo O'Gorman
- *A economia mundial do energia*, de J.M. Mortin
- *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiros*, de Silvana Maria Pintoudi e outros
- *Epidemiologia, Economia, política e saúde*, de Joime Breilh
- *O ideal da universidade*, de Robert Paulo Wolff
- *O vampira da razão*, de Richard James Blackburn
- *A escrita da história: novos perspectivas*, de Peter Burke
- *Educadores para o século XXI*, de Roquel Serbino (coord.)
- *Brigada ligeiro*, de Antônio Cândido

RESENHA

Autor inova no ensino de música

O ouvido pensante, de R. Murray Schafer. Editora UNESP; tradução de Marisa Fonterrada, Magda Gomes da Silva e Maria Lúcia Pascoal; 400 páginas, Cr\$ 44.900,00.

Samuel Kerr

O ouvido pensante traz, no título, seu resumo mais efetivo e a persuasão mais eficiente. Para escutarmos e tomarmos consciência do universo sonoro em que vivemos, é preciso que pensemos sobre o que ouvimos, selecionemos o que nos convém, sejamos capazes de observar as possibilidades de criação musical com os sons que nos rodeiam e que saibamos ensinar e escutar. O livro percorre seis partes que, originalmente, foram publicadas em separado e que aqui constituem uma edição definitiva de todos os textos de Murray Schafer a respeito da educação musical.

Tudo começa numa sala de aula, onde o compositor/professor usa o espaço da classe e até o tempo regulamentar de duração da aula para rever a função de quem ensina, rompendo as paredes da sala e estendendo o pensamento criativo para além do horário-aula. Dessa experiência, parte para o que chama de pré-requisito auditivo: a "limpeza de ouvidos", expandindo os conceitos tradicionais de ensino de música, convidando o aluno a libertar-se das amarras sob as quais sua possível capacidade criadora esteve subjugada.

Ouvidos limpos, passamos a observar a "paisagem sonora" e a procurar entender o ruído, o silêncio e a buscar soluções para a poluição ambiental. Schafer usa o termo *soundscape* que, na sua maneira de brincar com as palavras, poderíamos ler em português como "som que nos escape": ouvir antes que o som nos escape... Sim, Schafer nos convida a sermos lúdicos com a palavra e descobrir seu canto. *Concertos* da natureza e *concerto* da natureza criam texturas corais e onomatopéias, descobrindo-nos a alma da palavra.

Schafer termina o livro saindo da sala de aula. Nessa parte reúne ensaios e relator de sua experiência longe do ruído da grande cidade. "... Não é um livro-texto e não pretende sê-lo... não é um enunciado de um método para imitação submissa... textos descritivos e não prescritivos".

Por tudo isso é da maior oportunidade a publicação que a Editora Unesp faz desse livro. Schafer é um músico que compõe, que rege, que ensina, que desenha, que se ecologiza, que aglutina, que escreve, que medita, que duvida, que convida, que inventa e que poetiza.

Samuel Kerr é professor do Instituto de Artes, câmpus de São Paulo, e diretor artístico do Coral da Unesp.

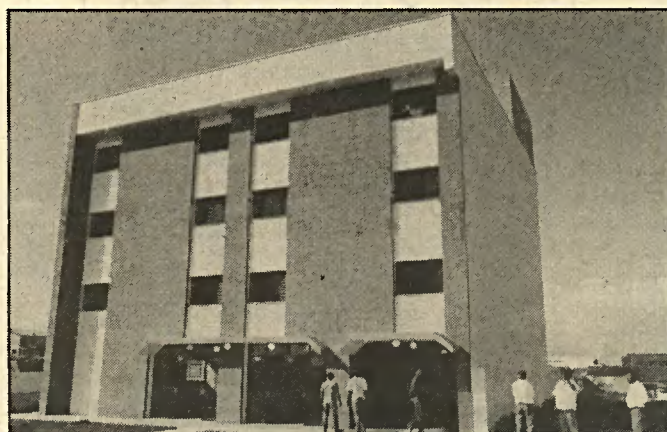
COMUNIDADE

Guaratinguetá inaugura moradia

Novo prédio dispõe de 54 vagas, com apartamentos totalmente equipados

Atendendo a uma antiga reivindicação de seus alunos, a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (FEG) inaugurou, no último dia 9 de março, seu primeiro bloco de moradia estudantil, com 54 vagas. O prédio, de três andares, dispõe de camas, bancadas de estudo e armários em alvenaria e é equipado com fogões e geladeiras. Localizado no próprio câmpus, o alojamento evitará que muitos alunos desistam da faculdade por não encontrarem local para morar. "A falta de imóveis na cidade é muito grande", afirma o diretor da unidade, professor Néilson Múrcia. A esse problema, Múrcia acrescenta a carência financeira de boa parte dos estudantes.

Na opinião do diretor, a moradia era uma exigência básica do câmpus. "Mas ainda está bem abaixo das nossas necessidades", informa ele. "Nosso projeto prevê alojamento para trezentos alunos." Das 54 vagas, trinta serão destinadas aos calouros, dezoito para os veteranos, três para alunos visitantes e três para os do 2º grau. "A moradia quebrou um galhão pra mim", diz José Wilson de Jesus Silva, aluno do terceiro



A moradia: para alunos que não conseguiam pagar o aluguel

ano de Engenharia Civil. "Não estava mais conseguindo pagar o aluguel e as outras despesas", recorda.

Guaratinguetá é o sexto câmpus a inaugurar seu alojamento, depois de Assis, Presidente Prudente, Marília, Araraquara e Franca. "Para construir mais moradias nos câmpus ainda não contemplados, depende-

mos de dotação orçamentária", explica o pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, Carlos Ruggiero. As próximas moradias a serem entregues aos estudantes são a de Araçatuba, cuja inauguração ocorrerá no dia 18 de maio, e a de São José do Rio Preto, ainda sem data definida.

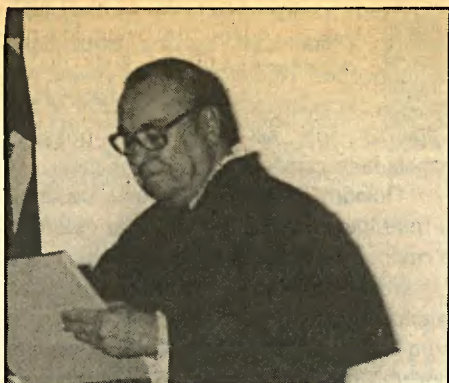
PÓS-GRADUAÇÃO

Franca oferece Serviço Social

A Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) de Franca será a primeira instituição pública do Estado a ter um curso de pós-graduação em Serviço Social. "E seremos a segunda do País a oferecer um curso em nível de doutorado", conta a professora Neide Aparecida de Souza Leffeld, chefe do Departamento de Serviço Social. Até hoje, somente a PUC de São Paulo formava doutores nessa área no Brasil.

O enfoque do curso será basicamente a vida dos trabalhadores da região. Segundo a professora Neide, a proposta é fazer um levantamento detalhado da vida dos operários da agroindústria e indústria de calçados de Franca. "Estamos querendo estudar a realidade social que nos cerca", explica ela. Ao mesmo tempo, o doutorado apresentará uma abordagem histórica e jurídica, já que serão utilizados estudos desenvolvidos nos cursos de pós-graduação de História e Direito da FHDSS. O curso deverá começar no dia 6 de abril e oferecerá vinte vagas. Entretanto, se comparadas com o número de interessados, as vagas são poucas. "Temos alunos vindos de universidades de Pernambuco e Paraíba", comenta Neide. O corpo docente será formado por doze professores da própria UNESP, além de dez docentes de outras instituições.

TÍTULO



O docente: vice-reitor da UNESP

Rolfsen agora é professor emérito

A concessão do título de professor emérito a Raphael Lia Rolfsen pela Congregação da Faculdade de Odontologia (FO), câmpus de Araraquara, no dia 19 de março passado, representou o reconhecimento da comunidade local por toda a significativa atuação do docente. Contratado pela faculdade em 1946, o professor Rolfsen dedicou praticamente toda a sua carreira a essa unidade da UNESP. De 1962 a 1980, foi por quatro vezes diretor da FO e, entre 1972 e 1976, seu vice-diretor. A partir de 1980, assumiu a Vice-Reitoria da Universidade, aposentando-se em 1985. Entre suas realizações como administrador está a construção das instalações onde a faculdade ainda hoje funciona, além da implantação do curso de pós-graduação nas áreas de Dentística Restauradora e Odontopediatria. O professor Rolfsen ocupou ainda cargos de destaque na Comissão de Ensino Superior do MEC e no Conselho Estadual de Educação.

PATRIMÔNIO

Ibilce ganha área para pesquisas

O câmpus de São José do Rio Preto acaba de ter anexada ao seu patrimônio uma área de 15 alqueires de pastos e matas, doada pela Prefeitura local. O terreno corresponde à primeira metade de um total de 30 alqueires — localizados a 8 quilômetros do câmpus —, avaliados em US\$ 1 milhão e que abrigarão o futuro Parque Tecnológico da UNESP. A doação foi oficializada no último dia 17 de março, na Prefeitura, com as assinaturas do prefeito Antônio Figueiredo de Oliveira e do reitor Paulo Milton Barbosa Landim.

No parque, os docentes da UNESP desenvolverão pesquisas subvencionadas por indústrias e fazendas interessadas no aprimoramento de sua produção. "A iniciativa beneficiará o setor produtivo de toda a região", antecipa o diretor do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), Paulo César Naoum, que já está mantendo contato com empresários de diversos setores. "Se uma usina de álcool solicitar à Universidade que desenvolva uma pesquisa microbiológica sobre fermentação, nós entraremos com o pessoal e ela financiará os trabalhos, com a construção de um laboratório, por exemplo", explica.

A área será valiosa na produção de pesquisas de campo, principalmente as voltadas para o setor agropecuário. Em casos como esses, quando os projetos demandarem estudos agrônômicos ou zootécnicos, outras unidades serão chamadas a colaborar. "O Parque Tecnológico deverá centralizar toda a força da Universidade", completa Naoum.

ARARAQUARA

FO renova diretoria



Ramalho, entre Sakima e Dinelli: trabalho da gestão anterior será continuado

No último dia 27 de março, os professores Luís Roberto de Toledo Ramalho e Welingtom Dinelli tomaram posse, respectivamente, como diretor e vice-diretor da Faculdade de Odontologia (FO), do câmpus de Araraquara. Ramalho, que era o antigo vice-diretor, substituiu o professor Tatsuko Sakima no comando da FO. A mudança, porém, acontece sob o signo da continuidade do trabalho da gestão anterior. "Nossa proposta é mantermos o nível de qualificação da graduação, que está entre as melhores do País", destaca Ramalho. Na pós-graduação, o atual diretor garante que serão consolidados os cinco cursos existentes e, se possível, ainda criados novos. Outras prioridades de Ramalho são a modernização do serviço de triagem e documentação da faculdade, através de uma estrutura informatizada.

"Deveremos também incrementar o serviço de saúde bucal e pública em nossa região", acrescenta.

Entre as realizações de sua gestão, Sakima aponta a reformulação curricular na graduação e a abertura de três cursos de pós-graduação. "Mas o mais importante foi a mudança de mentalidade dos professores, que agora participam da administração da faculdade através de comissões e da Congregação", argumenta. Ele destaca também o aperfeiçoamento do corpo docente feito nos últimos anos, a criação da Unidade de Atendimento Médico-Odontológico (Unamos), que atende à comunidade universitária local, a ampliação da creche, o convênio com o Suds e a reformulação administrativa feita no câmpus.



MÚSICA

Schafer quer ouvinte atento

Silêncio. Bem devagar, 45 pessoas se levantam e carregam sua cadeira até o fundo da sala. Novamente a operação é repetida, mas dessa vez acompanhada de pigarros e pequenos esbarrões. O homem de cabelos grisalhos e olhos azuis que comanda a cena faz trejeitos enérgicos pedindo silêncio. Depois, os participantes se dispõem num grande círculo e ele emite um som. Cada pessoa tem de reproduzi-lo, mas sem perder a característica do último som emitido pelo seu antecessor. O resultado é um fiasco. "Não há concentração", esbraveja ele. "Vocês têm de aprender a ouvir."

O rigoroso orientador chama-se Murray Schafer, compositor canadense. Sua tarefa é árdua: ensinar o homem urbano a ouvir, função que, segundo ele, foi abafada pelo barulho produzido pelas grandes metrópoles. O músico esteve no Brasil de 9 de março a 4 de abril, na sua segunda visita ao País, novamente a convite do Instituto de Artes (IA), Schafer chegou para lançar a edição brasileira do seu livro *O Ouvido Pensante* (veja resenha na página 7) pela Editora UNESP. A professora Marisa Fonterrada, do IA, que fez a tradução do livro, acompanha há mais de três anos o trabalho do músico e pretende fazer sua tese de doutorado tendo por base as obras de Schafer. "Ele prega uma coisa mágica, de ultrapassar o racional", afirma ela.

Em São Paulo, entre 17 e 20 de março, ele deu um curso de extensão universitária no Sesc Interlagos e fez um workshop no Sesc Vila Nova para uma platéia de 45 pessoas, a maioria jovens estudantes de Música e de Artes, que ficaram impressionados com suas posições de vanguarda. "Ele ensina que música é qualquer som e que qualquer um pode fazer música", comenta Cecília Valentim, professora de Música do Sesc. Há seis anos estudando os livros de Schafer, ela garante que tem hoje uma filosofia de vida completamente diferente. "Percebo mais os sons da natureza e respeito o silêncio", diz ela. Para Schafer, isso é natural. "A pessoa que aprende a ouvir os sons que a cercam muda completamente em relação ao ambiente", explica ele.

E o compositor também mudou. Hoje ele mora há 320 quilômetros de Toronto, numa fazenda, sem telefone, nem televisão, acompanhado apenas da esposa. Sua principal ocupação é ouvir a natureza. O músico passou a aguçar sua percepção auditiva quando tinha 35 anos e morava em Vancouver. "O barulho me incomodava muito", lembra ele. Na época, Schafer desenvolveu um projeto acústico mundial em que pretendia, através da conscientização dos sons existentes, criar um tipo de sonorização desejada para cada ambiente. Isto é, cada pessoa ou grupo de pessoas poderia escolher os sons que quisesse ouvir.

"O mundo é uma coleção de lindos sons produzidos pelo homem", ensina ele. Nesse caso, o compositor acredita que a educação é essencial. "Ensinar a ouvir, as crianças terão condições de pedir um mundo melhor", acredita. Na sua visita ao País, Schafer ficou maravilhado com a espontaneidade e rapidez dos brasileiros. "Mas eles são um pouco indisciplinados", observa. A experiência que teve em outras partes do mundo foi bem diferente. "Na Europa e no Japão, por exemplo, as pessoas pensam muito antes de agir."



O compositor: homem urbano não sabe ouvir

ESTUDANTES



Pacano: bolsistas como office-boys de luxo



Ruggiero: trabalho de estudante terá supervisor

Nova bolsa em debate

Alunos contestam exigência de dedicação a atividade de ensino

Neste ano, a UNESP começa a oferecer a seus alunos carentes 1.544 Bolsas de Apoio ao Estudante, conhecidas informalmente como Bolsas Trabalho. A nova modalidade de auxílio substitui as bolsas não reembolsáveis de estudo e de estudo e moradia. Para fazer jus à nova bolsa, no valor de Cr\$ 100 mil no mês de março, os alunos deverão dedicar 10 horas semanais a atividades voltadas ao ensino, à pesquisa ou à extensão de serviços à comunidade, o que tem gerado polêmica dentro da Universidade.

"Os estudos sobre a implantação da Bolsa Trabalho surgiram da necessidade de melhorar a formação profissional dos alunos", explica o professor Carlos Ruggiero, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. De acordo com o professor Ruggiero, a Proex, órgão responsável pela coordenação das bolsas, fez amplos estudos com base nas experiências já desenvolvidas na Universidade Federal de Minas Gerais, USP e Unicamp.

Para os membros do Diretório Central dos Estudantes "Helenira Resende", a exigência do "pagamento" da bolsa com trabalho é contestável, principalmente por não especificar qual a natureza das atividades. "Nós tememos que os bolsistas virem office-boys de luxo, digitando os trabalhos dos docentes ou coisas assim", argumenta Fábio Augusto Pacano, coordenador geral do DCE.

O pró-reitor rebate as críticas dizendo que nenhum aluno vai ter funções administrativas ou trabalhar em restaurantes universitários. "Pratos, ninguém vai ter que lavar." Cada aluno terá um supervisor que o ajudará na elaboração de um plano de trabalho que complementará sua formação acadêmica. Segundo Ruggiero, o estudante poderá ainda se dedicar à leitura de textos ou desenvolver um trabalho de iniciação científica.

VITÓRIA PARCIAL

"Utilizar dinheiro da Universidade para financiar uma bolsa de pesquisa é deixar

de captar recursos externos", contesta Pacano. "Além disso, desde quando carência é critério para oferecimento de bolsa de iniciação científica?" O dirigente do DCE aponta ainda que o estudante que trabalha durante o dia e estuda à noite terá dificuldade em encontrar 10 horas semanais disponíveis para trabalhar. O professor Ruggiero lembra que o aluno do noturno já tem atividades extras, como as leituras recomendadas pelos professores. "Discussões sobre esses textos com o supervisor podem se constituir em seu plano de trabalho", explica.

Tanto o DCE como a congregação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis enviaram ao CEPE documentos solicitando o reestudo da Bolsa Trabalho. Como resultado, professores, funcionários e alunos membros do CEPE formaram uma comissão que deverá apresentar ao órgão uma proposta alternativa para a bolsa. "Tivemos uma vitória parcial, com o reestudo da Bolsa Trabalho, mas não conseguimos, nesse meio tempo, a volta das bolsas antigas", diz Antônio Carlos Martins Filho, mais conhecido como Pirapó, aluno da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente e membro da comissão.

O professor Ruggiero deixa claro, por sua vez, que não é contrário ao reestudo da bolsa, mas garante que o projeto de sua Pró-Reitoria tem condições de ser bem-sucedido. Para justificar sua opinião, ele lembra a experiência de tutoria desenvolvida no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. O professor Antônio Trajano Menezes Arruda, um dos responsáveis pela iniciativa, explica o trabalho. "Procuramos aprimorar a capacidade de ler e escrever de cada aluno e notamos diferenças sensíveis de desempenho", conta Trajano, favorável à nova bolsa. Enquanto uma nova proposta não for apresentada ao CEPE, continuará em vigor a Bolsa de Apoio ao Estudante, regulamentada por portaria e resolução de 17 de setembro de 1991.

CURSO



Ideograma que representa a primavera

Banzai! Assis ensina japonês

A influência econômica do Japão no mundo torna cada vez mais importante o aprendizado do seu idioma. Em poucos anos, conhecer a língua japonesa será tão imprescindível como saber inglês. Diante desse fato, a UNESP resolveu criar o curso universitário de língua e cultura japonesa na estrutura curricular do curso de Letras, em Assis. É o primeiro curso de nível superior dessa língua no interior. Segundo a professora Letizia Zini Antunes, chefe do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), as dezesseis vagas para o curso foram preenchidas rapidamente por alunos aprovados em Letras no último vestibular e existem mais 28 estudantes interessados em participar das aulas como ouvintes.

A explicação para tamanha interesse, de acordo com a professora, é a forte onda imigratória de nisseis e sanseis que trabalham na região e querem ir para o Japão. "Há setenta pessoas de Assis que já estão trabalhando lá", conta ela. A professora afirma que a condição imprescindível para conseguir emprego naquele país é falar corretamente a língua e existia uma deficiência no ensino da região. Mas o interesse pelo curso não partiu apenas dos japoneses. "Existem brasileiros casados com japoneses que também querem ir para o exterior", garante ela.

Para implantar o curso em Assis, foi nomeada uma comissão que constatou que apenas um estabelecimento de ensino, a Escola Estadual D. Carolina Buratti, oferecia o curso de japonês para alunos do primeiro grau. Para suprir a carência, várias entidades contribuíram para a instalação do curso, principalmente o Centro de Difusão da Língua Japonesa da Associação Cultural Nipo-Brasileira da Alta Sorocabana e a Liga das Associações Nipo-Brasileiras da região.

A falta de professores diplomados para dar o curso foi um outro problema enfrentado pela UNESP. Foram convidados docentes do Centro de Estudos Japoneses da USP para ministrar as aulas e já existem três professores inscritos. Esse mesmo grupo de docentes participou de um curso de extensão no ano passado em Assis para 45 pessoas. O curso deverá ter início na segunda quinzena de abril.

CONVÊNIO

A memória da ferrovia agora tem bom destino

Universidade vai cuidar dos arquivos da Noroeste do Brasil, esquecidos durante anos num depósito

Ao longo dos trilhos da estrada de ferro Noroeste do Brasil, surgiram, no início do século, várias cidades no Centro-Oeste paulista. A história da ferrovia, que ia de Bauru até Mato Grosso, ficou esquecida durante vários anos num amontoado de papéis, mapas, cartas geográficas e fotos de um depósito da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), na cidade. A UNESP pretende agora resgatar a memória da estrada de ferro, através de um convênio para a abertura do arquivo, assinado no dia 17 de fevereiro com a superintendência da RFFSA.

A UNESP ficará encarregada de classificar, catalogar, restaurar e conservar os documentos que contam a vida da ferrovia, desde sua inauguração, em 1905. Para isso,



CENA HISTÓRICA

Encontro de duas turmas de trabalhadores que construíram o estrado de ferro Noroeste do Brasil. Uma delas haviu portido de Bauru e o outra de Porto Esperonço no atual Mato Grosso ao Sul. O local (no MS) até hoje é conhecido como Ligoção. A foto, de 1914, pertence ao arquivo que será organizado pelo UNESP.

receberá da RFFSA um espaço apropriado, próximo ao Museu Ferroviário de Bauru. O coordenador do projeto, professor João Francisco Tidei de Lima, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações (FAAC) do campus de Bauru, que em sua dissertação de mestrado estudou a Noroeste do Brasil, ressalta a importância da conservação do arquivo. "A linha ferroviária foi uma artéria de desbravamento do Centro-Oeste paulista e de importantes regiões do Mato Grosso do Sul", assinala.

Depois que o trabalho estiver concluído, o coordenador diz que deverão ser produzidos periódicos para a divulgação da história da ferrovia. O arquivo ficará também à disposição de especialistas e de pessoas interessadas no assunto. Ele lembra que a

ferrovia foi um importante meio de transporte para a Bolívia e hoje é responsável pelo escoamento de parte da safra de grãos do Centro-Oeste.

O engenheiro José Homero Elias, assistente da superintendência da RFFSA, diz que a empresa não tinha condições de preservar o material. "Sabemos da importância dos documentos mas não temos pessoal disponível para organizá-lo", diz ele. Nesse caso, a participação da UNESP no projeto foi fundamental. "Sem a ajuda da Universidade, não teríamos como preservar a história da ferrovia", observa o engenheiro João Batista Pacheco Fantim, superintendente da Rede.

Cleide Portes, de Bauru

PESQUISA

Entidades querem mais recursos

O seminário "Ciência e Tecnologia em Debate: Desafios e Perspectivas", realizado durante os dias 25 e 26 de fevereiro último, na Reitoria, não se limitou a discutir as dificuldades do setor no País e a constatar sua degeneração. Promovido pela Organização Universitária Interamericana (OUI), pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e pela UNESP, o evento reuniu mais de setenta participantes, membros de universidades e institutos de pesquisa de todo o País e dirigentes de instituições governamentais. Ao final da reunião, representantes do meio universitário e de entidades de pesquisa redigiram uma moção enviada pelo CRUB ao presidente da República, ministros da Educação e Economia, Presidência da Câmara dos Deputados, do Senado e da Comissão de Ciência e Tecnologia.

No documento, a comunidade científica denuncia o atraso na liberação de verbas já comprometidas e a diminuição progressiva da participação do setor no orçamento da União. Além disso, alerta para as consequências desses fatos, como a evasão dos estudantes e pesquisadores mais capacitados, o sucateamento das bases materiais da pesquisa científica e tecnológica e a promoção de um maior atraso e incapacitação do País na competição internacional dentro do setor.

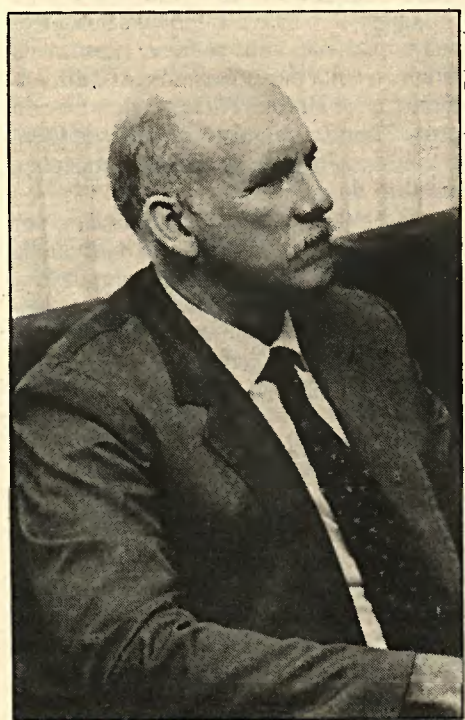
Segundo um dos redatores do documento, o professor José dos Reis Santos Filho, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, o encontro foi muito produtivo para se conhecer a política que a direção de diferentes instituições de fomento à pesquisa está adotando. "Mas queríamos passar das discussões para uma tomada de posição com relação ao problema", justifica. Ao final da moção, são apresentadas ainda três recomendações: que se garanta a execução do orçamento existente, nos prazos definidos; que as dotações sejam recompostas, no menor prazo possível, em níveis compatíveis com as reais necessidades do setor; e que a importância do setor seja traduzida em termos concretos, na forma de expansão do Plano Plurianual existente nessa área.

INTERNACIONAL

Ministro cubano visita UNESP

No último dia 10 de março, o ministro da Educação Superior de Cuba, Fernando Vecino Alegret, visitou a sede da Reitoria, em São Paulo. Ele estava acompanhado do vice-ministro Miguel Garrido, do diretor de Relações Internacionais e ex-ministro da Universidade de Havana, Fernando Rojas, do reitor do Instituto Superior de Ciências Agropecuárias de Havana, Omélio Borroto Leal, do conselheiro econômico da embaixada de Cuba em Brasília, Rodrigo Malmiera, e do secretário executivo da Associação Brasileira de Reitores, Sílvio Batusanschi. Eles foram recebidos pelo vice-reitor da UNESP, Arthur Roquete de Macedo, e pelo pró-reitor de Graduação, Antonio Cesar Perri de Carvalho.

O ministro cubano, em palestra durante sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), falou sobre o ensino universitário em Cuba. "Estamos nos esforçando para promover uma melhoria pedagógica, através de estágios em todas as áreas", disse. Segundo ele, a educação cubana passa por uma revisão, sendo dada atenção especial para o desenvolvimento da ciência básica.



Alegret: atenção especial à ciência básica

PRESIDENTE PRUDENTE

Da cartografia à estatística

Para comemorar os quinze anos do curso de Engenharia Cartográfica e os dez anos de formatura de suas duas primeiras turmas, a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente estará promovendo o encontro "Engenharia Cartográfica: 15 anos na FCT/UNESP". O evento, que ocorrerá entre os dias 28 e 30 de abril, será aberto a alunos, professores, engenheiros e técnicos da área.

O encontro inclui, em sua programação, duas mesas-redondas: "As origens da Engenharia Cartográfica no Brasil", dia 29, às 16 h, e "O curso de Engenharia Cartográfica na FCT/UNESP", dia 30, às 15 h. Fazem parte do programa ainda cinco conferências. A primeira, dia 29, às 10h30, abordará "Gravimetria global". A segunda, às 15 h, discutirá "Futuras missões de sensoriamento remoto e os recentes resultados dos novos sistemas". No dia 30, às 9 h, o assunto será "Processamento de imagens digitais". Em seguida, às 10h30, o tema será "A experiência da seção de ensino de Engenharia Cartográfica do Instituto Militar de Engenharia na execução dos projetos de fim de curso". A última conferência será sobre "O mercado de trabalho do engenheiro cartógrafo: passado, presente e futuro".

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Engenharia Cartográfica da FCT, pelo telefone (0182) 33-5429.

ESTATÍSTICA

Entre os dias 30 de abril e 3 de maio, a FCT também vai abrigar o VII Encontro Nacional dos Estudantes de Estatística. O evento pretende promover o intercâmbio, em nível nacional, dos estudantes da área e discutir os problemas comuns dos diversos cursos, além de debater a atuação profissional do estatístico. No dia 30, às 15 h, o professor Alonso Soler, da FCT, dará uma palestra sobre mercado de trabalho. Às 10 h do dia 1º de maio haverá a palestra "Bioestatística", de Círcia Wada (Unicamp); às 14 h, Humberto de Campos, da Esalq USP, falará sobre o tema "Estatística aplicada na agronomia"; e Sebastião Amorim, da Unicamp, analisará "Controle estatístico de qualidade". Dia 2, haverá a palestra "Pesquisa eleitoral", de Hélio Migon (UFRJ), às 10 h; já a palestra "Desperdício na indústria", de José Otávio Fumagalli Rodrigues (Senai), ocorrerá às 14 h, enquanto a mesa-redonda "Empresa júnior", será promovida às 15h30. Domingo, dia 3, será o dia da confraternização.



Um instrumento para a cidadania

Com Plano Diretor, os municípios se conhecem melhor e definem prioridades

Everaldo Santos Melazzo

O momento atual tem sido marcado por uma busca de caminhos que retirem a Universidade de seus próprios muros. Nesse sentido, os trabalhos de extensão universitária vêm ganhando espaço e se mostram como uma forma legítima de colocar a Universidade a serviço da solução de problemas das comunidades onde está inserida. A definição de tais projetos, quando discutidos de forma aberta e clara pela comunidade universitária e com a participação de professores e alunos de diversas formações, tem se mostrado como uma maneira muito eficaz de romper velhas barreiras que separam a Universidade da sociedade.

Uma dessas experiências tem ocorrido na FCT-UNESP, em Presidente Prudente. Sob a coordenação do Departamento de Planejamento e através da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp), foram estabelecidos convênios com três municípios de pequeno porte da região: Álvares Machado, Martinópolis e Presidente Venceslau. Tais convênios prevêem a estruturação e organização de diagnósticos e estudos sobre a vida municipal, visando atender a dispositivos constitucionais, que obrigam os municípios a elaborar seus Planos Diretores.

O Plano Diretor constitui-se num documento onde ficam estabelecidas as linhas mestras do desenvolvimento municipal, englobando áreas como saneamento básico, sistema educacional, serviços de

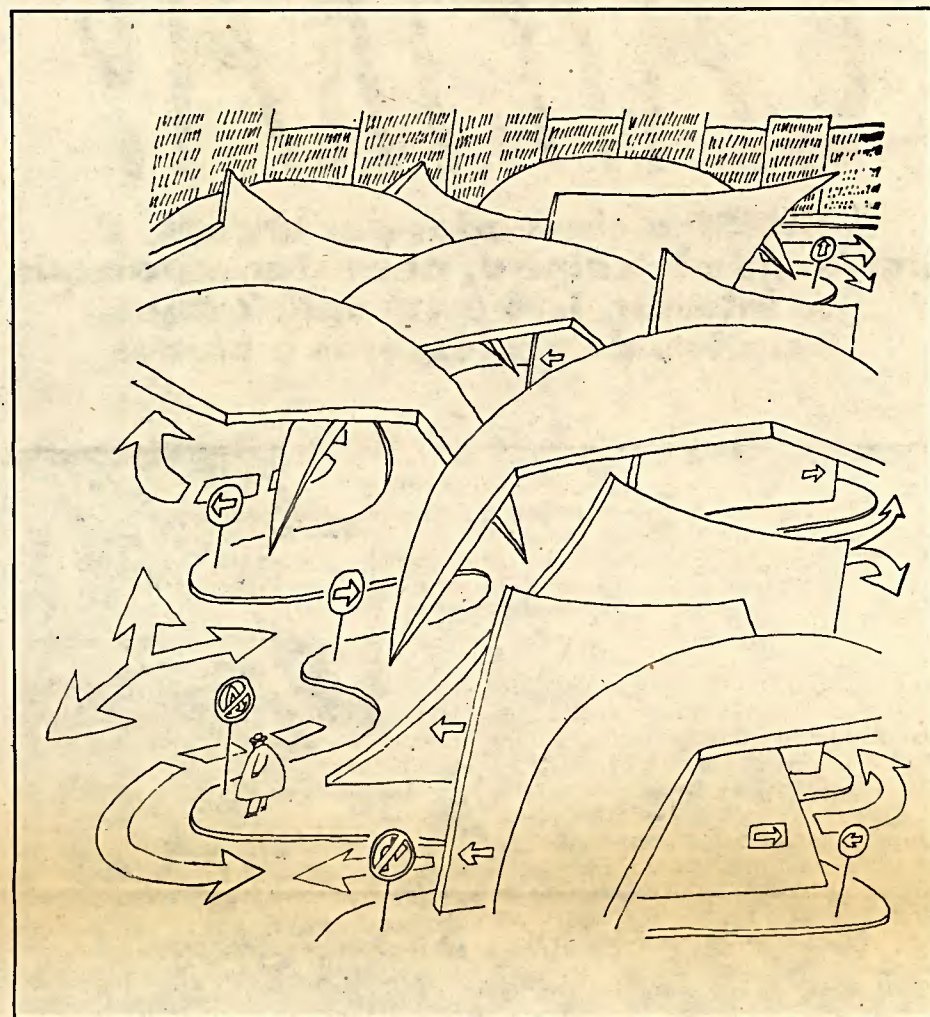


Ilustração: Falon

saúde, legislação urbanística e reforma administrativa da Prefeitura. Em consequência, mais do que um preceito constitucional, esse plano é um instrumento de racionalização da administração municipal

e um elemento a mais para o exercício da cidadania.

Contando com o trabalho de docentes do Departamento de Planejamento e envolvendo professores e alunos de outros

cursos e departamentos, desenvolve-se um trabalho interdisciplinar, como exige o próprio objeto de estudos que é a realidade municipal nos seus múltiplos aspectos: os físico-naturais, sócio-econômicos, administrativo-financeiros e urbanísticos.

Os trabalhos iniciais visam à elaboração de estudos básicos que componham uma radiografia completa de cada município. Tais estudos envolvem a coleta e análise de dados e informações principalmente junto às Prefeituras e à comunidade. A esta etapa segue-se a elaboração de diretrizes e metas que se constituirão nos Planos Diretores.

Todas as atividades são realizadas em contato permanente com as Prefeituras e Câmaras Municipais, buscando atingir a participação popular para a definição das diretrizes. A experiência tem mostrado resultados positivos, seja para as Prefeituras e comunidades locais, seja para a Universidade. Entre as vantagens para o meio universitário estão a produção de monografias a respeito do trabalho — que contribuem para o enriquecimento da atividade acadêmica — e a perspectiva de profissionalização dos alunos para sua futura utilização nas administrações regionais. Já as Prefeituras organizam seus Planos Diretores com uma grande economia de recursos, pois os escritórios especializados cobram quantias bastante elevadas para a confecção desses projetos.

Everaldo Santos Melazzo é professor do Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), do campus de Presidente Prudente.

O dilema da moradia popular

Habitações são malfeitas, enquanto projetos universitários ficam na gaveta

Antonio Anderson Segantini

A moradia popular enfrenta problemas que vão muito além do decantado déficit habitacional. A urgência de se construírem habitações em grande número, associada a interesses imediatistas tem propiciado a implantação de enormes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes e médias cidades. Infelizmente, sem a devida infra-estrutura de serviços, saneamento e equipamentos públicos. Vários órgãos de imprensa, como a revista **Construção** de janeiro de 1992, que publicou o artigo "O pesadelo da casa imprópria", de Maria Teresa Marques, têm apontado os equívocos e distorções cometidos com o dinheiro público.

É sabido que o equacionamento desses problemas não é tarefa simples, haja vista

o grande desequilíbrio entre oferta e procura de habitações. E mais: o poder aquisitivo da grande maioria da população não é capaz de fazer frente aos elevados custos de construção, principalmente agora que o País atravessa uma difícil fase recessiva.

Pior é saber que, mesmo diante desse quadro, o índice de desperdício da construção civil brasileira gira em torno de 30%, o equivalente a US\$ 6 bilhões por ano (de acordo com a revista **Dirigente Construtor**, jan./fev. 92).

Mais do que nunca é preciso planejar, analisar propostas, procurar soluções criativas que contribuam de forma eficaz no sentido de reduzir custos, de modo que a aquisição da casa própria seja acessível à população de baixa renda. Mas é preciso também que haja maior interesse por parte dos agentes financeiros e do setor público,

para que os trabalhos e os anos de pesquisa gastos nos laboratórios das universidades e dos institutos tecnológicos não sejam apenas publicados e depois esquecidos no fundo da gaveta.

Através do Projeto Parceria, embora timidamente, a UNESP vem trabalhando no sentido de ampliar sua atuação na prestação de serviços. Um grupo com docentes dos câmpus de Ilha Solteira, Guaratinguetá e Bauru está sendo formado sob a coordenação da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp) para, em conjunto com as Prefeituras, trabalhar a questão da habitação popular, visando buscar soluções que sejam viáveis e compatíveis com as características sócio-culturais e as necessidades locais.

Uma iniciativa a ser levada em conta pela UNESP foi tomada pelo Sindicato dos En-

genheiros do Estado de São Paulo, que em agosto de 1988 lançou o Programa de Moradia Econômica. Autorizado pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério da Ação Social, o Promore atua no sentido de incentivar e orientar a construção de habitações. O financiamento máximo por família é de 500 UPFs e permite a construção de uma casa de aproximadamente 30m2 quando o beneficiário não tem terreno e de até 60m2 quando já possui terreno. A novidade é que esse programa permite ao usuário discutir e optar pelas soluções arquitetônicas que julgar mais apropriadas, respeitando seus direitos de cidadão e sem podar sua formação cultural.

Antonio Anderson Segantini é professor do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da câmpus de Ilha Solteira (FEIS).

O dicionário Aurélio o define como “habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros”. Tanto no verbete como na opinião de muita gente, o “caipira” tem sido visto com uma boa dose de mitificação e preconceito. No momento em que aumenta o fluxo de alunos para o interior e que se fala da “identidade caipira” da UNESP, cabe perguntar como a Universidade vê as suas raízes, espalhadas por praticamente todo o Estado. Da mesma maneira, é importante verificar de que modo a comunidade universitária pensa esta sua possível característica.

Para o professor Romildo Sant’Anna, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, o paulista tem negado, por muito tempo, a sua face caipira, justamente em razão desse preconceito. “O Jeca Tatu de Monteiro Lobato e os filmes de Mazaropi, por exemplo, são produtos de uma visão equivocada sobre o caipira”, argumenta Sant’Anna. Especializado em cultura popular, principalmente a da sua região, o pesquisador diz que os estereótipos do homem rural como um ser indolente e até mesmo destituído de espiritualidade estão muito distantes da realidade. “O caipira tem uma imensa riqueza cultural”, enfatiza.

Essa cultura, no entanto, está sofrendo grandes transformações, como explica o professor José Carlos Zamboni, do Departamento de Teoria Literária da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. “O caipira não existe mais. Com o rápido desenvolvimento do interior, ele foi urbanizado”, opina. O que existe ainda, segundo Zamboni, são valores e modos de agir e pensar próprios do homem rural. “O interiorano tem um forte apego ao seu meio e de certa forma é mais tradicionalista”, comenta o professor, que também se ocupa da cultura rural através de pesquisas sobre a música de raízes.

“HUMANO, PURO”

As peculiaridades do modo de ser do interiorano, entretanto, não param por aí. “O caipira é puro, humano, inibido”, acentua o professor Júlio Cezar Durigan, do Departamento de Defesa Fitossanitária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal. “Mas um pesquisador ‘caipira’ da UNESP não deve nada aos dos

A UNESP é chamada, por alguns, de Universidade caipira, por estar enraizada no interior. Isto é verdade? Aqui, opiniões de professores e alunos

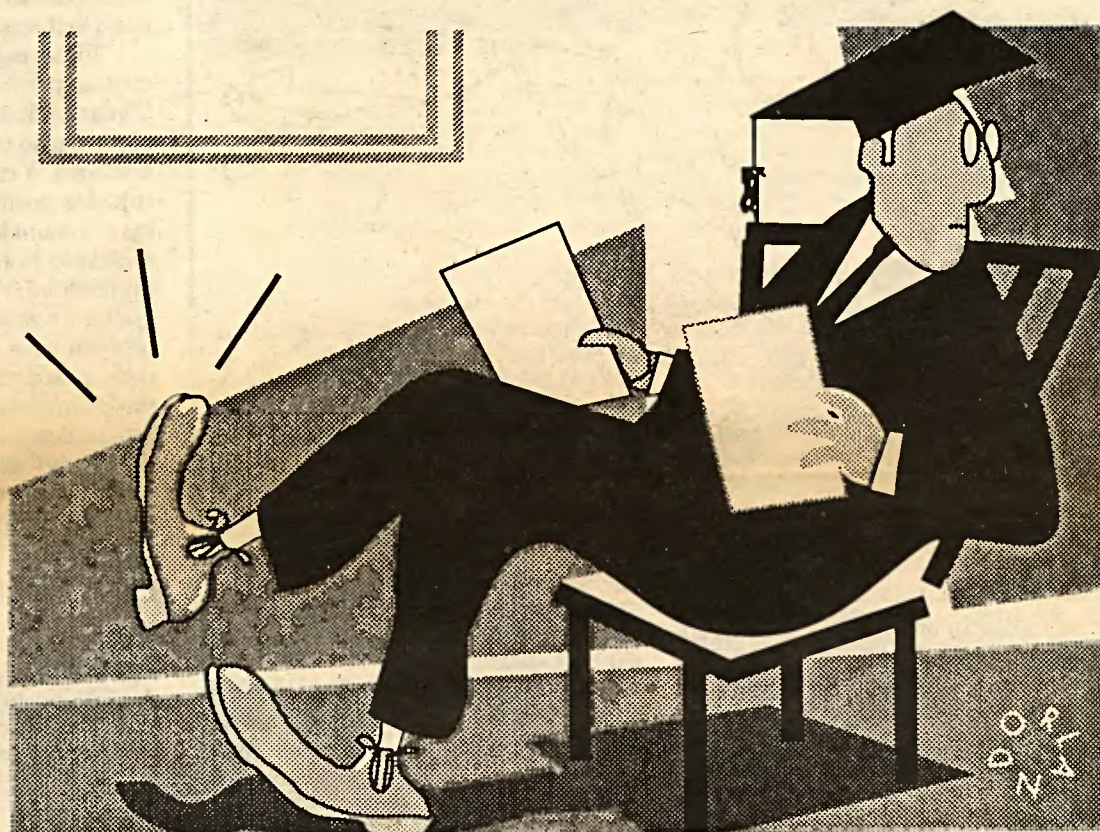


Ilustração: Orlando

grandes centros”, completa. Um dos coordenadores de Ciências Agrárias da Fapesp, Durigan não vê problema nenhum em ser chamado de caipira, desde que esta idéia esteja despidida de preconceitos. “No caso dos cursos rurais, a interiorização é obrigatória”, pondera. “Somente no campo é que podemos produzir os melhores resultados científicos.”

Com ele concorda a professora de Sociologia Vera Botta Ferrante, da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Araraquara. “O termo ‘caipira’ deve ser revisto. Estar no interior não significa estar numa posição inferior”, defende. Vera, aliás, vê no ritmo mais lento das pequenas e médias cidades condições excelentes para o desenvolvimento de pesquisas na sua área. “Aqui, o contato mais próximo com colegas e orientadores e a tranquilidade para estudar são bem mais presentes que na capital, onde as pessoas têm muito mais trabalho para vencer problemas de ordem prática”, comenta.

Irineu de Moura, diretor do Instituto de Artes da UNESP, situado em São Paulo, considera-se um caipira, apesar de estar já há dez anos na capital. Ele acha, inclusive, que seu instituto se beneficiaria com uma mudança para o interior. “Embora a vida cultural que a capital oferece seja importante para o aluno de Artes, numa cidade menor o estudante e o professor têm mais tempo para se dedicar à vida ‘acadêmica’”, observa Moura.

CULTO À METRÓPOLE

Apesar de se falar muito na qualidade de vida do interior, onde a tranquilidade e a facilidade de locomoção podem estimular o desempenho acadêmico, existe também um certo culto à metrópole, muito disseminado. “É como se não houvesse salvação fora da grande cidade”, lembra o professor de Filosofia da FCL de Araraquara, José Aluysio Reis de Andrade. O docente acha que a “identidade caipira” da UNESP é uma realidade. “Nós pode-

mos assumir o interior, nossas origens, mas mostrando que é possível competir em termos científicos, culturais e tecnológicos com qualquer outra instituição”, sustenta. Segundo Andrade, nos primeiros tempos da Universidade havia um grande preconceito contra o fato de as suas faculdades se localizarem longe da capital. “Hoje a excelência de nossa produção é uma resposta clara àqueles ataques”, avalia.

Outro aspecto normalmente visto como desvantagem para quem mora no interior é o fato de se concentrarem nos grandes centros determinados eventos e instituições científicas. Para Vera Mariza Miranda Costa, professora de Economia da FCL de Araraquara, isto também não é mais problema para o acadêmico da UNESP. “Hoje com o fax e os sistemas de computação on line, a Universidade não tem mais limites impostos pela geografia”, justifica. Ela acrescenta que a dinamização da economia do interior paulista, hoje o mais forte do País, está aparelhando cada vez melhor as cidades.

TRAÇOS COMUNS

De qualquer forma, a facilidade de comunicação e a boa infra-estrutura de grande parte dos centros urbanos do interior não impedem certos conflitos de seus habitantes com os paulistanos, por causa de pontos de vista diferentes. O professor Zamboni, da FCL de Assis, conta que os docentes da capital, que chegam para dar aulas em sua unidade, demoram para superar estas especificidades regionais. “Saem faíscas dos dois lados”, comenta, bem-humorado. “Eles nos consideram provincianos e nós os achamos desenraizados.” O embate, segundo ele, acaba sendo saudável. “No final, descobrimos ter mais traços comuns do que imaginávamos.” Já o professor de Direito Carlos Aurélio Mota de Souza, que mora em São Paulo mas viaja semanalmente para Franca, pensa em mudar-se em breve. “É bem menos estressante ser caipira”, acredita.

A aluna de Economia da FCL de Araraquara Leticia Rodrigues diz que sua mudança de São Paulo para uma cidade menor foi “radical”. “Aqui, pela primeira vez, percebi o que é a vida em comunidade”, explica. Observando os calouros que anualmente vão para Jaboticabal, o professor Durigan destaca que somente o início é problemático. “Eles chegam aqui fechados, cautelosos. Depois percebem que é bem melhor conviver num lugar onde há um clima de total confiança e amizade.” O professor diz que, em pouquíssimo tempo, os alunos se tornam autênticos caipiras, inclusive incorporando o sotaque característico da região. Que bairrismos à parte, tem um “baita” charme, não?

Marcelo Burgos